REQUERIMENTO Nº. 008/22

De 16 de março de 2022

Sr. Presidente,
Srs. Vereadores (as),

Requeiro à Mesa Diretora desta Egrégia Casa, após ter ouvido o Plenário, de acordo com os trâmites legais e regimentais, que solicite ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal Rodrigo Hagge que forneça à esta Casa de Leis, **informações a respeito do Contrato de Iluminação Pública celebrado entre a Prefeitura Municipal de Itapetinga e a empresa RCX.** Para tanto segue os questionamentos e documentos para verificação:

- Qual o valor da despesa mensal da Prefeitura Municipal de Itapetinga (PMI) junto a Companhia de Eletricidade da Bahia relacionada à iluminação pública?
- Qual o valor mensal de arrecadação da CIP – lei 939/2003 (contribuição para custeio do serviço de iluminação pública), no município de Itapetinga?
- Considerando que a arrecadação da CIP tem sido superavitária, considerando ainda um potencial redução das despesas do questionamento anterior, devido à melhor eficiência dos novos equipamentos de iluminação, o município planeja uma redução na alíquota da CIP?
- A Prefeitura Municipal dispõe dos quantitativos de postes e iluminação por bairros e distritos? Caso positivo, apresentar a tabela com os dados.
- Quais são os objetos constantes do edital do processo licitatório de trocas de lâmpadas?
- Qual o valor financeiro com detalhamento do contrato da licitação dos serviços na área de iluminação pública?
- Em quanto tempo este investimento se paga? (chamado Pay Back)?
- Quais os nomes das empresas participantes do processo licitatório, com o objeto de contratação de empresa especializada para instalação das lâmpadas e luminárias de LED?
- Foi contratada empresa para realizar o descarte das lâmpadas retiradas?
- Qual o nome e histórico da empresa ganhadora da licitação dos serviços na área de iluminação pública, bem como as suas obrigações contratuais? Qual o capital social desta empresa?

- Quais seguranças jurídicas estão sendo previstas na fundamentação deste processo licitatório?
- O município possui outros contratos em vigor relacionados à iluminação pública?
- A troca de lâmpadas proporcionará em termos percentuais qual economia em relação ao atual modelo de lâmpadas existente?
- Qual a economia mensal e anual prevista com a troca das atuais lâmpadas por lâmpadas LED?
- Em caso de troca de lâmpadas, qual será a destinação das atuais lâmpadas e luminárias instaladas?
- Quais outros benefícios possíveis advirão desta substituição de lâmpadas?
- Como será executado nos bairros da cidade o processo de substituição das atuais lâmpadas para luminárias em LED?
- Os distritos de Palmares e Bandeira estão contemplados no processo?
- Há a opção de implantação gradual das lâmpadas atuais por bairros? Caso positivo, apresentar o plano com o detalhamento.
- Quais benefícios foram realizados no período de janeiro de 2021 até a presente data com a arrecadação da CIP – lei 939/2003 (contribuição para custeio do serviço de iluminação pública)?
- Qual será o benefício para o consumidor Itapetinguense em caso de economia na troca das atuais lâmpadas por luminárias LED?
- Haverá benefício financeiro para o consumidor Itapetinguense?
- Qual a marca das lâmpadas e luminárias adquiridas para a iluminação pública no município?

Referente aos documentos solicito as seguintes cópias:

- Íntegra do Processo administrativo que deu origem a contratação.
- Integra do processo de licitação.
- Contrato.
- Íntegra dos processos de pagamentos se houverem.

Sibele Shirley da Silva Moura Nery
Vereadora (PT)

JUSTIFICATIVA

Nobres Pares, sabemos que é dever nosso enquanto representantes do povo, fazer o papel de fiscalização dentro do município, verificando a legalidade e legitimidade dos atos do Poder Executivo. Em 2021, encaminhei, por duas vezes, ao chefe do executivo municipal ofício solicitando informações a respeito do contrato de iluminação pública de 25 milhões, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Itapetinga e a Empresa RCX, não obtendo nenhuma resposta até o presente momento.

Desta forma, o presente requerimento foi feito no intuito de buscar informações a respeito do referido contrato. Vale lembrar que conforme preceitua a nossa Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica do Município, com fundamento no Art. 51 § 6º da lei Orgânica Municipal, o pedido de informações é devido ao vereador que buscar encontrar as respostas para os questionamentos que nos são feitos pela própria população.

A Autora